



# Perícias de Auditoria Fiscal

11 Maio 2012

# Índice

---

- ▶ Conceito e Objectivos da auditoria fiscal
- ▶ Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)
- ▶ Gastos e rendimentos
- ▶ Determinação de responsabilidades contingentes

# Conceito e Objectivos da auditoria fiscal

# Conceito e objectivos da auditoria fiscal

---

- ▶ A auditoria fiscal compreende a análise de eficiência e eficácia dos procedimentos adoptados para o apuramento, controlo e pagamento dos tributos/impostos.
- ▶ Pode ser desenvolvida em três vertentes: (i)
  - ▶ pela Administração Tributária (art. 63º da LGT) – objectivo combate à fraude e à evasão, verificação do cumprimento das obrigações declarativas e entrega (atempada) dos tributos/impostos
  - ▶ por auditores internos – otimizar a carga fiscal, adoptando, uma postura crítica e de integração na gestão global da Lei fiscal
  - ▶ por auditores externos/ROC – garantir uma imagem verdadeira e apropriada das contas da Empresa, nomeadamente no que respeita ao apuramento e contabilização dos impostos (incluindo as questões de contingência e responsabilidade fiscal)

# Conceito e objectivos da auditoria fiscal

---

- ▶ As questões transversais:
  - ▶ A complexidade dos negócios (substância e forma);
  - ▶ A inovação dos *deliverables*;
  - ▶ As dificuldades da previsão da norma fiscal;
  - ▶ Regime fiscal vs rentabilidade do investimento;
  - ▶ A possibilidade de consequências adversas na aplicação normal da Lei;
  - ▶ A existência de opções fiscais na Lei.



O direito ao planeamento fiscal vs a fraude fiscal como limite ao exercício deste direito

# Medidas de Combate à Fraude e Evasão

---

## Fiscal

- ▶ Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de Fevereiro -> deveres de comunicação à administração fiscal sobre esquemas ou actuações de planeamento fiscal, entrando em vigor em 15 de Maio de 2008
- ▶ Medidas de Cooperação Internacionais/RERT
- ▶ Cláusulas Gerais anti-abuso
- ▶ Levantamento do Sigilo Bancário (Artigo 63º da LGT)
- ▶ Transacções superiores a € 1.000 devem ser suportadas em documento bancário válido (OE 2012 Rectificativo)
- ▶ Reforço e formação das equipas de inspecção Tributária

# Planeamento Fiscal – DL n.º 29/2008

---

- ▶ «Planeamento fiscal», qualquer esquema ou actuação que determine, ou se espere que determine, de modo exclusivo ou predominante, a obtenção de uma vantagem fiscal por sujeito passivo de imposto;
- ▶ «Esquema», qualquer plano, projecto, proposta, conselho, instrução ou recomendação, exteriorizada expressa ou tacitamente, objecto ou não de concretização em acordo ou transacção;
- ▶ «Actuação», qualquer contrato, negócio ou conjunto de negócios, promessa, compromisso, estrutura colectiva ou societária, com natureza vinculativa ou não, unilateral ou plurilateral bem como qualquer operação ou acto jurídico ou material, simples ou complexo, realizado, a realizar ou em curso de realização;
- ▶ «Vantagem fiscal», a redução, eliminação ou diferimento temporal de imposto ou a obtenção de benefício fiscal, que não se alcançaria, no todo ou em parte, sem a utilização do esquema ou a actuação.

# Planeamento Fiscal – DL n.º 29/2008

---

- ▶ Actualmente encontram-se publicadas no Portal das Finanças as seguintes transacções:
  - ▶ Utilização de uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS) como veículo para a integração de activos no património de uma sociedade residente em território português;
  - ▶ Criação artificial de menos-valias no âmbito do apuramento dos resultados da partilha de uma sociedade;
  - ▶ Aplicação do regime de eliminação da dupla tributação económica aos lucros distribuídos por sociedade residente em país terceiro mediante a interposição de uma sociedade residente em Estado membro da União Europeia (UE) originando dupla não tributação de lucros distribuídos e o apuramento de menos-valias artificiais;
  - ▶ Criação de uma estrutura de financiamento intragrupo recorrendo a veículos constituídos para o efeito;



# Planeamento Fiscal – DL n.º 29/2008

---

- ▶ Prestação de garantias através de sucursal financeira exterior constituída na Zona Franca da Madeira;
- ▶ Aproveitamento dos benefícios da Directiva 2003/49/CE do Conselho, de 3 de Junho, em matéria de retenções na fonte sobre royalties;
- ▶ Venda de bens seguida de celebração de contrato com o vendedor;
- ▶ Operação de aumento de capital de uma sociedade residente realizada previamente à alienação de partes sociais para reduzir a tributação das mais-valias;
- ▶ Cedência de ramo de actividade para aproveitar a dedução de prejuízos fiscais;
- ▶ Aproveitamento abusivo de convenção para evitar a dupla tributação;
- ▶ Encargos de financiamento de uma operação de aquisição das partes de capital de uma sociedade suportados pela entidade adquirida;
- ▶ Operação de titularização de créditos futuros;
- ▶ Utilização abusiva da figura da doação.

# Troca de Informações em matéria fiscal

- ▶ Acordos sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal
  - ▶ Em vigor: Andorra, Bermudas, Gibraltar, Ilha de Man, Ilhas Caimão, Jersey, Sta. Lucia
  - ▶ Em fase de ratificação: Guernsey, St. Kitts and Nevis, Ilhas Virgens Britânicas, Antigua e Barbuda, Dominica, Belize, Turcos e Caicos, Libéria
- ▶ Protocolos de Assistência Mútua (ao abrigo dos Procedimentos Amigáveis previstos nas CDT's)
  - ▶ Brasil, Cabo-Verde; Moçambique
- ▶ Regularização Tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT)

ESTATÍSTICAS 2009 - OFFSHORES E TERRITÓRIOS COM TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA						
Quadro 1: Transferências para Offshore e territórios com tributação privilegiada por titularidade da conta de destino (1)						
Tipo de sujeito passivo	Transferências para contas dos próprios ordenantes		Transferências para outras contas		Total de transferências (2)	
	N.º ordenantes	Valor	N.º ordenantes	Valor	N.º ordenantes	Valor
Pessoas em nome individual	187	24.782.060 €	415	30.880.399 €	602	55.662.460 €
Pessoas colectivas	90	66.880.143 €	1056	660.903.611 €	1146	727.783.754 €
Total	277	91.662.203 €	1471	691.784.011 €	1748	783.446.214 €
(1) Base: Modelo 38						
(2) Um total de 38 ordenantes transferiram valores, quer para contas próprias, quer para contas de outrem.						

Fonte: sitio da internet do Portal das Finanças

# As cláusulas gerais Anti-Abuso

---

## ► Artigo 38º da LGT

*“São ineficazes no âmbito tributário os actos ou negócios jurídicos essencial ou principalmente dirigidos, por meios artificiosos ou fraudulentos e com abuso das formas jurídicas, à redução, eliminação ou diferimento temporal de impostos que seriam devidos em resultado de factos, actos ou negócios jurídicos de idêntico fim económico, ou à obtenção de vantagens fiscais que não seriam alcançadas, total ou parcialmente, sem utilização desses meios, efectuando-se então a tributação de acordo com as normas aplicáveis na sua ausência e não se produzindo as vantagens fiscais referidas”*

## ► Artigo 63º do CPPT (a questão processual)

*“A liquidação dos tributos com base em quaisquer disposições antiabuso nos termos dos códigos e outras leis tributárias depende da abertura para o efeito de procedimento próprio” sendo que “consideram-se disposições antiabuso, para os efeitos do presente Código, quaisquer normas legais que consagrem a ineficácia perante a administração tributária de negócios ou actos jurídicos celebrados ou praticados com manifesto abuso das formas jurídicas de que resulte a eliminação ou redução dos tributos que de outro modo seriam devidos”*

# Estado e outros entes públicos

# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ **241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)
- ▶ 244 – RESTANTES IMPOSTOS
- ▶ 245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
- ▶ 246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento      SNC

## 241

### ► Impostos sobre o Rendimento

#### Conta 241

Pagamentos por conta

Pagamentos adicionais  
por conta

Pagamentos Especiais  
por conta

Retenções na fonte de  
IRC sofridas

Estimativa de IRC

Liquidações  
adicionais de IRC  
ainda por pagar

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento      SNC

242

## ▶ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

- Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área
  - Verificar existência de alterações na estrutura accionista;
  - Verificar existência de operações de carácter extraordinário;
  - Análise da actividade e da sua evolução;
  - Análise das relações de Grupo;
  - Análise das relações com os sócios;
  - Verificar pagamentos antecipados de imposto;
  - Verificar fiabilidade dos sistemas de controlo;
  - Verificar certificação de contas, relatórios de auditoria efectuada;
  - Verificar elegibilidade de benefícios fiscais;
  - Verificar elegibilidade de créditos de imposto;
  - Audit File (SAFT-PT) e certificação de software.

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento SNC

242

## ▶ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

### ▶ Rendimento de trabalho dependente

- Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área
  - Verificar existência de expatriados;
  - Verificar pagamento significativo remunerações em espécie – validar quais estão dispensados de retenção na fonte
  - Verificar pagamento bónus/gratificações de resultados
  - Verificar pagamentos significativo de indemnizações
  - Verificar pagamento significativo de royalties, serviços, pensões, lucros, assistência técnica, etc
  - Verificar regime pagamento km e ajudas de custo
  - Verificar se existem administradores que eram trabalhadores dependentes



# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ 241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)
- ▶ 244 – RESTANTES IMPOSTOS
- ▶ 245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
- ▶ 246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento      SNC

## 242

### ► Retenções na fonte de IRC e IRS

#### Conta 242

Retenções sobre:

Dividendos

Royalties

Assistência técnica

Rendas

Prestações de serviços

Comissões

Trabalho dependente

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento SNC

---

242

## ► Retenções na fonte

- Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área
  - Identificação dos rendimentos relevantes
  - Verificar do cumprimento das obrigações declarativas
  - Verificar documentalmente as retenções efectuadas a terceiros e verificar a % dos limites tributários (Convenções de Dupla Tributação e Directivas Comunitárias)
    - Declaração de Retenções na Fonte
    - Modelo 10 e 30
    - Formulários das convenções

# EOEP - Impostos sobre o Rendimento SNC

---

242

- ▶ Retenções na fonte efectuadas a terceiros
  - ▶ Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área
    - Verificar se a entrega do imposto retido foi entregue atempadamente
    - Determinar o valor das coimas e juros se aplicável
    - Verificar os pagamentos subsequentes à data de balanço (dia 20 do mês seguinte)

# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ 241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ **243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)**
- ▶ 244 – RESTANTES IMPOSTOS
- ▶ 245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
- ▶ 246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

# EOEP – Imposto sobre o Valor Acrescentado SNC

243

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

- Identificação do tipo de sujeito passivo
- Verificar da aplicabilidade de regimes de isenção específicos
- Verificar da possibilidade de aplicação de renúncia à isenção
- Verificar se os valores a pagar de IVA estão conforme as respectivas declarações
- Verificar situações de reembolso e se os valores solicitados têm correspondência com as declarações periódicas
- Verificar se as declarações periódicas foram entregues dentro do prazo
- Verificar se a declaração periódica foi acompanhada do respectivo cheque (ver desconto bancário) para pagamento (artº 27 do CIVA)
- Verificar se existe a possibilidade dos cheques serem passados a outra entidade que não à Direcção Geral do Tesouro
- Verificar a aplicabilidade de regimes específicos( ex. agências de viagens, construção civil)

# EOEP – Imposto sobre o Valor Acrescentado SNC

---

243

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

- Testes substantivos:
  - selecção “aleatória” de declarações periódicas
  - recolha do mapa de apuramento
  - revisão/confirmação dos montantes indicados nos campos da declaração
  - verificação documental da legitimidade do imposto deduzido
  - especial atenção para os campos de regularizações

# EOEP – Imposto sobre o Valor Acrescentado SNC

243

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

### ► Teste de conformidade:

- determinação do IVA liquidado e do IVA deduzido a partir das declarações periódicas
- identificação das contas de Gastos e Rendimentos que originaram dedução e liquidação de IVA
- identificação das contas de Gastos e Rendimentos que originaram dedução e liquidação de IVA
- determinação das taxas de IVA aplicáveis a cada item
- verificação aplicação regimes específicos: desperdícios e sucatas, serviços de empreitada, redébitos
- verificação de situações que impliquem regularizações do imposto: notas de crédito, bens não utilizados na empresa e vendas de imobilizado
- confrontação das divergências entre os cálculos e os montantes constantes das declarações e conclusão



# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ 241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)
- ▶ **244 – RESTANTES IMPOSTOS**
- ▶ 245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
- ▶ 246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

## 244

### ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

- Verificar se as guias de pagamento foram entregues e liquidadas dentro do prazo
- Verificar se existe a possibilidade dos cheques serem passados a outra entidade que não à Direcção Geral do Tesouro
- Verificar se as liquidações adicionais notificadas pela AT
- Determinar o valor das coimas e juros compensatórios e de mora se aplicável
- Verificar os pagamentos subsequentes à data de balanço
- Verificar documentação subsequente e identificar eventuais passivos omissos

244

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

### ► Teste de conformidade:

- Verificar se empresa beneficiou garantias prestadas por não residentes
- Verificar se existem financiamentos por entidades não residentes
- Verificar se existem financiamentos a entidades do Grupo
- Verificar a existência de operações de trespasse
- Verificar da existência de aquisições onerosas ou gratuitas de bens imóveis ou de direitos reais sobre imóveis
- Verificar a atribuição de prémios em concursos, sorteios, etc.

## Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas Imóveis

---

### ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

#### ► Teste de conformidade:

- Verificar se empresa adquiriu nos últimos 8 anos imóveis ou terrenos
- Verificar se foi aproveitada alguma isenção de IMT na aquisição de imóveis ou terrenos
- Verificar se a empresa adquiriu ou passou a deter 75% ou mais de sociedades por quotas (ou outras não anónimas) proprietárias de imóveis
- Verificar se na qualidade de adquirente de imóveis foi celebrado algum contrato de promessa de compra e venda com cláusula de cedência de posição contratual ou efectuou alguma cedência de posição contratual

# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ 241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)
- ▶ 244 – RESTANTES IMPOSTOS
- ▶ **245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL**
- ▶ 246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

# EOEP – Contribuições Segurança Social SNC

---

245

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

- Verificar se as liquidações adicionais notificadas pelas Autoridades competentes foram pagas dentro do prazo legal
- Determinar o valor das coimas e juros compensatórios e de mora se aplicável
- Verificar os pagamentos subsequentes à data de balanço
- Verificar documentação subsequente e identificar eventuais passivos omissos

# EOEP – Contribuições Segurança Social SNC

---

245

## ▶ Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

### ▶ Testes substantivos:

- selecção aleatória de recibos de remuneração
- verificação das bases de incidência e de cálculo
- verificação da inclusão dos montantes no mapa de apuramento da Declaração de Retenções na Fonte respectiva

# EOEP – Contribuições Segurança Social SNC

---

245

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

### ► Testes de conformidade:

- Obrigatório de acordo com a DRA 511
- Recolha da totalidade das Guias de pagamento e efectuar somatório dos montantes entregues
- Verificar se existem colaboradores expatriados não obrigados à entrega de contribuições em Portugal
- Verificar se existem pagamentos regulares de rendimentos em espécie
- Verificar se existe o pagamento regular de bónus
- Identificação dos Gastos com o pessoal sujeitos a TSU, respectivos saldos, taxas e montantes – WP P1
- Confrontação dos valores resultantes e explicações para as divergências



# EOEP – Contribuições Segurança Social SNC

---

245

## ► Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

- Verificar se as guias de pagamento do imposto foram entregues dentro do prazo (dia 20 do mês seguinte)
- Determinar o valor das coimas e juros de mora se aplicável
- Verificar os pagamentos subsequentes à data de balanço

# Estado e outros entes públicos

---

- ▶ 241 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 242 – RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
- ▶ 243 – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)
- ▶ 244 – RESTANTES IMPOSTOS
- ▶ 245 – CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
- ▶ **246 – TRIBUTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

## 246

### ▶ Procedimentos de auditoria a efectuar nesta área

#### ▶ Teste de conformidade:

- Verificar se empresa é proprietária, superficiária ou usufrutuária de prédios rústicos ou urbanos
- Verificar se foi aproveitada alguma suspensão de tributação (ex. compra para revenda, compra para construção e venda, etc)
- Verificar se foram praticadas obras de edificação ou outras alterações significativas naqueles prédios

Em caso afirmativo a algumas destas questões – há incidência de IMI? Em caso afirmativo foi liquidado IMI? + Verificar se o IMI registado em contas de gasto respeitam ao exercício em curso

## 246

### ► Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

Se à data da transmissão do imóvel ainda não for conhecido o VPT (Valor Patrimonial Tributário) e, posteriormente, se verifique que o valor do contrato é inferior ao VPT:

- Sujeito passivo alienante):
  - Correção da diferença através da entrega de DM 22 de Substituição, durante o mês de Janeiro do ano seguinte, aquele em que o VTP se tornar definitivo.

# Determinação de responsabilidades contingentes

# Determinação de responsabilidades

---

## contingentes -

### Avaliação de Processos Fiscais em curso

#### ▶ Procedimentos de auditoria:

- ▶ Identificar os processos em curso à data de fecho do exercício, o exercício fiscal a que respeitam, o tipo de imposto e os montantes das possíveis contingências
- ▶ Verificar a sua evolução (em termos processuais) e actualizar a quantificação de eventuais contingências face ao ano anterior
- ▶ Confirmar a existência, ou não, de novos processos

# Determinação de responsabilidades contingentes

## ► Fiscalização por parte da Administração Tributária

### Caducidade:

- Impostos (prazo geral) ➡ 4 anos
- Segurança Social ➡ 5 anos

Juros  
Compensatórios

Coimas

Juros de Mora



Responsabilidades  
a identificar e  
quantificar, se  
materialmente  
relevantes

# Determinação de responsabilidades

---

## contingentes

### ► Caducidade – contagem do prazo

#### Regra Geral

- Impostos periódicos – 4 anos a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário (ex: IRC, IRS)
- Impostos de obrigação única – 4 anos a partir da data do facto tributário (ex. IVA e retenções na fonte de IRC, imposto do selo)
- O prazo de caducidade no caso de reporte de prejuízos/outras deduções/crédito de imposto é aquele que o sujeito passivo tem para exercer esse direito



# Determinação de responsabilidades

---

## contingentes

### ► Caducidade – contagem do prazo

Excepção (impostos obrigação única):

Prazo conta-se a partir do início do ano civil seguinte aquele em que se verificou:

- a exigibilidade do imposto – no caso do IVA
- o facto tributário – no caso de impostos sobre o rendimento (retenção a título definitivo)

# Determinação de responsabilidades

---

## contingentes

### ► Juros Compensatórios

- Aplicáveis sempre que haja retardamento na liquidação (apuramento) do Imposto (IRC, IRS, IVA, Imposto Selo, IMT, e IMI)
- Pelo período que medeia o início do retardamento da liquidação e o momento em que ocorreu o suprimento ou a correcção, contados dia a dia

# Determinação de responsabilidades

## contingentes

### ► Juros Compensatórios

Contagem de prazos:

- Desde o termo do prazo para a apresentação da declaração
- Desde o termo do prazo para o cumprimento da obrigação de que resultou atraso na liquidação
- Até à data em que esta ocorreu ou até à data do pagamento se anterior
- Até à data do suprimimento, correcção ou detecção da falta;
- Taxa – igual à taxa de juros legais fixados no Art. 559.º, n.º 1 do CC, ou seja, 4% (Portaria 291/2003, de 8/4).

# Determinação de responsabilidades

## contingentes

### ► Coimas

- Reguladas pelo Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT)
- Regula as penalidades aplicáveis aos crimes fiscais e aduaneiros, contra ordenações fiscais e aduaneiros e crimes de segurança social
- Sempre que seja detectada alguma situação de responsabilidade deve apurar-se o intervalo aplicável às coimas

# Determinação de responsabilidades contingentes

---

## ▶ Juros compensatórios

Art. 45º, n.1 al. d) do CIRC

- ▶ Não dedutíveis em IRC nos termos do art. 45º
- ▶ Vencem à taxa de 4% ao ano

# Determinação de responsabilidades

## contingentes

### ► Juros de mora

- Aplicáveis sempre que haja retardamento no pagamento de imposto, após este se encontrar liquidado (apurado) e ter expirado o prazo para o respectivo pagamento.
- São devidos pelo período que medeia o final do prazo para pagamento e data de suprimento, contados mês a mês
- Aplicáveis ao retardamento das liquidações de Segurança Social
- “Também não constitui custo do exercício o montante escriturado a título de juros de mora, por não terem sido oportunamente pagos os juros contratuais relativos ao suprimento, se não consta do contrato a obrigação de juros de mora, e eles não foram exigidos nem, efectivamente, pagos.” Acórdão STA 06/07/2005 - Processo 0472/05

# Determinação de responsabilidades contingentes

---

## ▶ Juros de mora até 2010

▶ Prazo máximo  3 anos

▪ Excepção:

No caso de pagamento em prestações  5 anos

▶ Taxa mensal

Definida na lei para as dívidas ao Estado

▪ Actualmente - 1%

# Determinação de responsabilidades contingentes

---

## ▶ Juros de mora a partir de 2011

### ▶ Taxa Anual

Definida na lei para as dívidas ao Estado – 6,351%

## Juros de mora a partir de 2012

### ▶ Taxa Anual

Definida na lei para as dívidas ao Estado – 7,007%



Factos puníveis		Coimas (€) (1) (2)	Juros compensatórios (3)	Juros de mora (4)
<b>IVA</b>				
- Falta de entrega de declarações e anexos		€ 200 a € 2.500	N/A	6,351%/ano
- Falta de entrega das declarações de início, de alteração ou de cessação		€ 400 a € 5.000	N/A	
- Falta ou atraso no pagamento		20% a 100% do imposto	4%/ano	
<b>IRC</b>				
- Falta de entrega de declarações	Mod. 22 e Declaração de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo	€ 200 a € 2.500	N/A	6,351%/ano
	Outras	€ 200 a € 2.500	N/A	
	De inscrição, de alterações ou de cessação	€ 400 a € 5.000	N/A	
- Falta ou atraso no pagamento, incluindo pagamentos por conta		20% a 100% do imposto	4%/ano	
- Falta ou atraso no pagamento especial por conta		50% a 100% do imposto	4%/ano	
- Falta de apresentação do dossier de preços de transferência		€ 500 a € 100.000(4)	N/A	
- Atraso de certificados de residência (Directivas e CDT's)		€ 500 a € 2.500	N/A	
- Falta de certificados de residência (Directivas e CDT's)		20% a 100% do imposto	4%/ano	
- Falta do modelo de exportação de ficheiros (SAFT-PT)		€ 300 a € 15.000	N/A	
<b>IRS</b>				
- Falta de entrega de declarações	Declaração de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo	€ 200 a € 2.500	N/A	6,351%/ano
	Outras	€ 200 a € 2.500	N/A	
- Falta ou atraso no pagamento		20% a 100% do imposto	4%/ano	

<b>Imposto do Selo</b>			
- Falta de entrega de Declaração de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo	€ 200 a € 2.500	N/A	6,351%/ano
- Falta ou atraso no pagamento	20% a 100% do imposto	4%/ano	
<b>Obrigações Laborais</b>			
- Falta de entrega das folhas de remunerações	€ 1.020 a € 1.530 (5)	N/A	6,351%/ano
- Falta de afixação do mapa de férias	€ 1.020 a € 1.530 (5)	N/A	
- Falta de entrega dos mapas do quadro de pessoal	€ 1.020 a € 1.530 (5)	N/A	

(1) O montante das coimas não poderá ser inferior a € 30 (ou € 15, em caso de redução de coima), nem superior a € 30.000, se o contrário não resultar da lei.

(2) Verificadas determinadas condições, existe a possibilidade de redução das coimas.

(3) Corresponde à taxa dos juros legais, em vigor no início do retardamento da liquidação. Relativamente às situações cujo início do retardamento ocorra a partir de 01/01/99, na liquidação dos juros compensatórios têm de ser consideradas as várias taxas em vigor no período de retardamento no cumprimento das obrigações fiscais. Os juros são contados dia a dia.

(4) Em caso de dolo; Aviso n.º 27.831-F/2010, de 30 de Dezembro de 2010, do Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público.

(5) Os limites mínimos e máximos das coimas correspondentes à contra-ordenação leve são aferidos através de unidade de conta de 102 €, com regime diferenciado caso seja praticada por empresa com volume de negócios inferior ou superior a 10.000.000 € e consoante se trate de negligência ou de dolo. (os valores de 1.020 € a 1.530 € correspondem a uma empresa com volume de negócios superior a € 10.000.000 e em caso de dolo).



# Obrigada

Filipa Pereira  
([Filipa.Pereira@pt.ey.com](mailto:Filipa.Pereira@pt.ey.com))

 **ERNST & YOUNG**  
*Quality In Everything We Do*